



## Resíduos

# Resíduos

## Enquadramento

As políticas comunitárias e nacionais têm assumido uma visão integrada da gestão de resíduos traduzindo-se, prioritariamente, na prevenção da quantidade e perigosidade dos resíduos e na maximização das quantidades recuperadas para valorização.

Nos Açores, a aprovação do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, com a devida alteração através do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2016/A, de 6 de outubro, veio estabelecer o regime geral aplicável à prevenção e gestão de resíduos e o regime jurídico do licenciamento e concessão das operações de gestão de resíduos. Transpõe, também, para a ordem jurídica regional vários normativos, como a gestão de embalagens e resíduos de embalagens.

O Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho, aprova as normas específicas dos seguintes fluxos de resíduos como, pneus e pneus usados, óleos minerais novos e usados, veículos em fim de vida e seus componentes, resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, pilhas, acumuladores e baterias e óleos alimentares novos e usados.

No ano 2012 foram emanadas normas técnicas de caracterização dos resíduos urbanos, através da Portaria n.º 28/2012, de 1 de março, promovendo-se assim a monitorização do cumprimento das metas de reciclagem e valorização e o incremento do planeamento e gestão destes resíduos em conformidade com estas metas.

A Portaria n.º 159/2015, de 11 de setembro, publica o tarifário da entrada de resíduos nos Centros de Processamento de Resíduos. Já a Portaria n.º 6/2012, de 11 de janeiro, fixa os valores das taxas previstas no regime económico e financeiro da gestão de resíduos.

O Plano Estratégico de Prevenção de Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), aprovado através do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março, visa a valorização ambiental, social e económica dos Açores, estabelecendo as orientações estratégicas de âmbito regional da política de gestão de resíduos e integrando o programa regional de prevenção de resíduos.

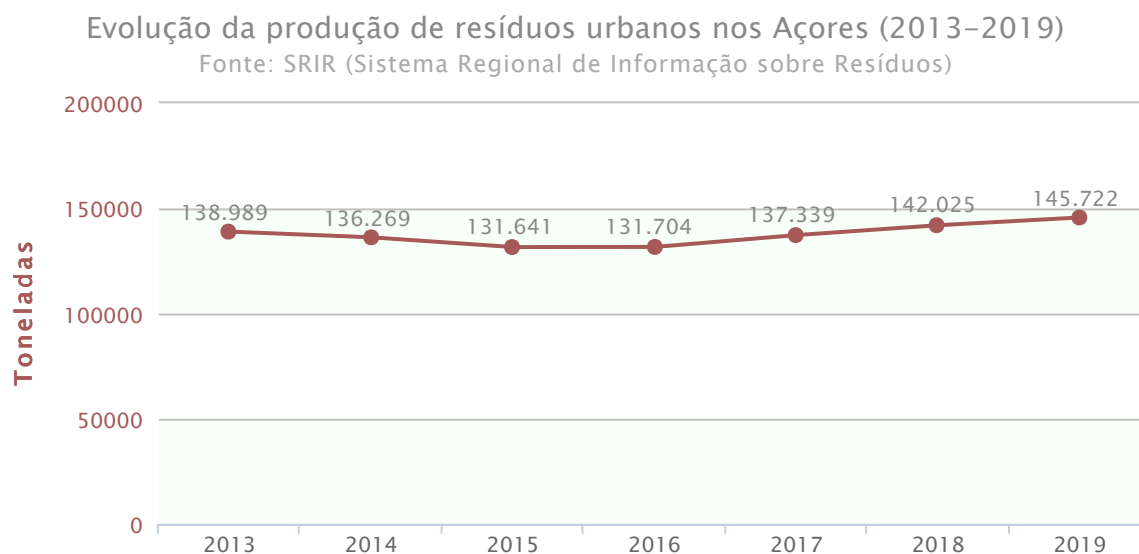
## Resíduos urbanos

A gestão de resíduos constitui um dos eixos fundamentais em que se baseia a estratégia de desenvolvimento sustentável para a Região. A implementação de infraestruturas de gestão de resíduos urbanos tem vindo a permitir, ao nível de ilha, dar resposta à problemática ambiental, sendo agora prioritário reforçar a importância da prevenção de resíduos.

De acordo com a alínea cccc) do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, «Resíduo urbano» é o resíduo proveniente de habitações, bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações.

No presente capítulo foram considerados os resíduos identificados com os códigos 15 01 (Embalagens) e 20 (Resíduos Urbanos e equiparados) da Lista Europeia de Resíduos (Decisão n.º 2014/955/EU, da Comissão, de 18 de setembro), produzidos nos Açores.

Nos Açores, o panorama da produção de resíduos urbanos assenta num modo crescente até 2013, ocorrendo uma ligeira inversão a partir de 2014.

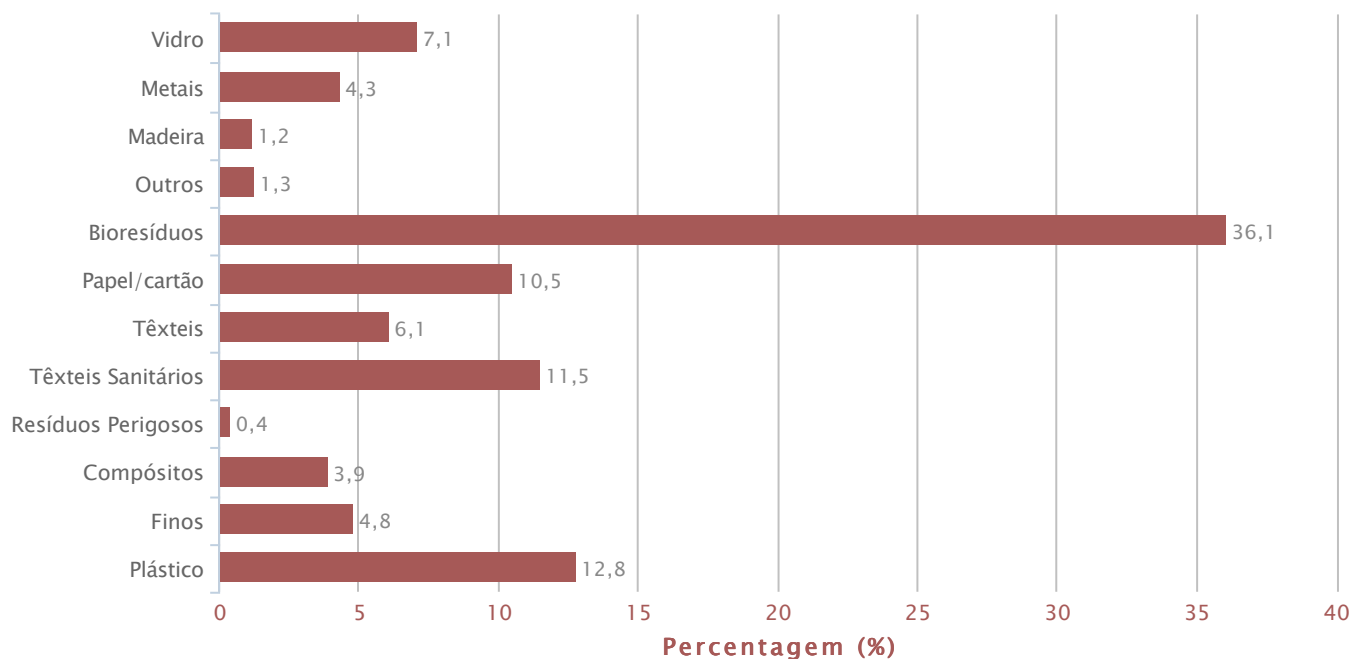


A produção total de resíduos urbanos (RU) na RAA, no ano de 2016, foi de aproximadamente 132 mil toneladas, tendo-se verificado um aumento pouco significativo em relação ao ano precedente (0,05%). Ao nível da distribuição da produção de resíduos pelas diversas ilhas, São Miguel e a Terceira produzem cerca de 84% dos resíduos da Região.

Fazendo uma análise da produção de resíduos urbanos por habitante, verifica-se de uma forma geral uma diminuição a partir de 2014, em que a média regional em 2016 situa-se nos 536 kg/hab.ano, correspondente a 1,47 kg/hab.dia.

### Caracterização física dos resíduos urbanos indiferenciados nos Açores em 2019

Fonte: Sistema Regional de Informação sobre Resíduos



Através da análise da composição física média dos resíduos urbanos indiferenciados, estima-se que cerca de 49% podem ser considerados resíduos urbanos biodegradáveis (RUB).

A eliminação, principalmente a deposição em aterro, continua a ser um destino muito utilizado pelas entidades gestoras de resíduos na RAA. No entanto, os municípios e os centros de processamento de resíduos têm desenvolvido esforços para aumentar as quantidades de resíduos a serem valorizados, seja por valorização material (por exemplo, através do aumento da recolha seletiva) ou por valorização orgânica (por exemplo, através do processo de compostagem).

Ao nível do cumprimento da meta para a reciclagem e valorização de resíduos urbanos obtido para 2016 encontra-se ainda aquém da meta definida para 2020 (50%). No entanto, tem-se verificado um esforço positivo dos sistemas de gestão de resíduos urbanos para melhorar a preparação para a valorização e reciclagem, tendo resultado num aumento significativo de 2015 para 2016.

Verificou-se uma evolução bastante positiva no desvio de RUB encaminhados para aterro, sendo que houve uma diminuição de cerca de 36% de 2015 para 2016. A entrada em funcionamento dos Centros de Processamento de Resíduos nas ilhas do Pico, Faial e Santa Maria, com a central de valorização energética instalada na ilha Terceira e com o aumento dos processos de compostagem de verdes nas ilhas de maior dimensão permitiram essa redução.

## Reciclagem de Fluxos Específicos de Resíduos

Na Região, estão presentes todos os sistemas integrados de gestão de fluxos de resíduos com o objetivo de assegurar a recolha, armazenagem temporária e expedição dos resíduos para destino adequado. Os resultados positivos atingidos contribuem para o bom desempenho da entidade gestora no cumprimento das metas definidas nas licenças. Nos últimos três anos, ocorreu um acréscimo de retomas de resíduos de fluxos específicos de resíduos na ordem dos 33%.

## **Embalagens e resíduos de embalagens**

Segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, com a devida alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2016/A, de 6 de outubro, são embalagens todos e quaisquer produtos feitos de materiais de qualquer natureza utilizados para conter, proteger, movimentar, manusear, entregar e apresentar mercadorias, tanto matérias-primas como produtos transformados, desde o produtor ao utilizador ou consumidor, incluindo todos os artigos descartáveis para os mesmos fins.

A responsabilidade da retoma dos resíduos de embalagens é dos serviços municipalizados e/ou empresas municipais e intermunicipais. Este fluxo de resíduos é encaminhado maioritariamente para reciclagem.

Tem-se verificado uma evolução extremamente positiva ao longo dos anos na retoma de embalagens e resíduos de embalagens dos Açores para retomadores no continente. A análise do último ano indica a retoma de 54,7 kg/hab na Região, acima da média nacional de 31 kg/hab.

## **Resíduos de equipamento elétrico e eletrónico**

Segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho, resíduos de equipamento elétrico e eletrónico (REEE) são definidos como os equipamentos elétricos e eletrónicos que constituam um resíduo na aceção da alínea jj) do artigo 4.º do documento referido anteriormente, incluindo todos os componentes, subconjuntos e materiais consumíveis que fazem parte integrante do equipamento no momento em que este é descartado.

As entidades gestoras ERP Portugal e Amb3e têm superado a meta de recolha e os objetivos de reciclagem e valorização, para todas as categorias, havendo um contributo da RAA nas retomas nos últimos três anos.

## Pneus usados

Pneu usado, tal como o nome indica é quando pneu constitui um resíduo de acordo com a definição constante da alínea ttt) do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro.

Desde 2014 que as retomas anuais de pneus usados apresentam uma subida significativa, devendo-se a situações de gestão de stocks inter-ilhas.

## Óleos minerais usados

Segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de Junho, ao fluxo dos óleos minerais usados correspondem quaisquer lubrificantes minerais ou sintéticos ou óleos industriais que se tenham tornado impróprios para o uso a que estavam inicialmente destinados, tais como os óleos de motores de combustão e dos sistemas de transmissão, os óleos lubrificantes usados e os óleos usados de turbinas e sistemas hidráulicos.

Relativamente à gestão de óleos minerais usados, todas as ilhas têm pelo menos um operador que está licenciado para gerir este fluxo específico. A totalidade dos óleos minerais usados produzidos na Região é armazenada para posterior valorização no continente português.

## Pilhas e acumuladores usados

A gestão das pilhas e acumuladores é regulamentada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho, e aplica-se a todo o tipo de pilhas e acumuladores, com exceção dos utilizados em aparelhos associados à defesa dos interesses essenciais de segurança do Estado, e aparelhos concebidos para serem enviados para o espaço.

Relativamente às retomas apresentadas no gráficos abaixo resulta da informação dos sistema integrados das entidades GVB, Valorcar, Amb3e e Ecopilhas que gerem pilhas e acumuladores de variadas tipologias, incluindo acumuladores industriais. O decréscimo de retomas deve-se à tendência global de utilização de pilhas e acumuladores recarregáveis, permitindo uma maior durabilidade dos materiais.

## Resíduos de embalagens de medicamentos e medicamentos fora de uso

A gestão de resíduos de embalagens é regulamentada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro.

A Valormed é a entidade responsável pela recolha dos resíduos de embalagens de medicamentos e medicamentos fora de uso, verificando-se retomas estáveis ao longo dos últimos três anos.



## Resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticas

O sistema integrado de gestão de embalagens e resíduos em agricultura, gerido pela Valorfito, tem como objetivo assegurar a recolha dos resíduos de embalagens primárias de produtos fitofarmacêuticos, dando assim resposta às necessidades dos produtores agrícolas de encontrarem um destino adequado para os resíduos de embalagens que são gerados nas suas explorações agrícolas.

Entre 2014 e 2016 verifica-se um aumento das quantidades de resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos recolhidas na RAA, devendo-se a situações de grande armazenamento e alteração do sistema regional.

## Veículos em fim de vida

No âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho, os VFV abrangidos são os resíduos de veículos classificados nas categorias M1 (veículos a motor destinados ao transporte de passageiros com oito lugares sentados, no máximo, além do lugar do condutor) ou N1, com exclusão dos triciclos a motor. O gráfico abaixo inclui dados de componentes e materiais resultantes do abate e tratamento de 2966 VFV nos últimos 3 anos, exceto acumuladores de chumbo contabilizados no gráfico retomas de pilhas e acumuladores.

## Resíduos de construção e demolição

Os dados apurados no fluxo de resíduos construção e demolição são o reflexo das atividades do setor da construção civil, como reduzido número de obras, caráter temporário e dispersão das mesmas. Por conseguinte, os resíduos produzidos apresentam flutuações significativas na produção e heterogeneidade nas tipologias produzidas.

O cumprimento da taxa de valorização de resíduos de construção e demolição está definido na Decisão da Comissão n.º 2011/753/UE, de 18 de novembro de 2011.

Embora sejam incluídos códigos LER específicos, o estado membro apresenta um valor de 71%, cumprindo a meta para o ano 2015. Ao nível regional e na análise da meta verifica-se uma gradual aproximação dos 70%. O resultado deve-se à melhoria da qualidade de informação inserida no SRIR e apuramento dos dados.

## Resíduos hospitalares

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, resíduos hospitalares (RH) são os resultantes de atividades médicas desenvolvidas em unidades de prestação de cuidados de saúde, em atividades de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e investigação, relacionada com seres humanos ou animais, em farmácias, em atividades médicas legais, de ensino e em quaisquer outras que envolvam procedimentos invasivos, tais como acupuntura, piercings e tatuagens.

O aumento da produção de resíduos hospitalares deve-se à melhoria dos sistemas de separação na origem e novos licenciamentos de operadores para gestão e tratamento de resíduos hospitalares.

## Resíduos industriais

O resíduo industrial é entendido como o resíduo gerado em processos produtivos industriais, bem como o que resulte das atividades de produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

A metodologia de tratamento da informação de resíduos declarados das seguintes indústrias:

- C Indústrias Transformadoras;
- D e E Eletricidade, gás, vapor, água quente e ar frio, captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição;
- I Alojamento, restauração e similares.

Embora seja uma estimativa a produção total declarada encontra-se estabilizada nos últimos três anos.